

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.247 - GO (2019/0282500-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : D.L.M. SERVICOS LTDA
ADVOGADO : JOÃO DOMINGOS DA COSTA FILHO - GO007181
AGRAVADO : DORIVAN DOS ANJOS BATISTA
ADVOGADO : LEONAM DE SOUZA RAMOS JUNIOR E OUTRO(S) - GO027944

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por D.L.M. SERVIÇOS LTDA, de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por FABIO FERNANDO FERREIRA contra v. acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fl. 193):

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INÉRCIA DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PETIÇÃO AVULSA. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO OU NECESSIDADE DE AMPLA DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ÔNUS DA PROVA.

1. Segundo a Súmula 28 desta Corte: "afasta-se a preliminar de cerceamento de defesa, suscitada em razão do julgamento antecipado da lide, quando existem nos autos provas suficientes à formação do convencimento do juiz e a parte interessada não se desincumbe do ônus de demonstrar o seu prejuízo, sem o qual não há que se falar em nulidade".

2. Não há se falar sobre petição que apenas noticia fato incontroverso e requer o julgamento antecipado da lide, pois tal ato não incorre em contraditório e/ou influi na ampla defesa da parte contrária.

3. O julgamento antecipado da lide, por desnecessidade da produção de novas provas, pode constatar que a parte não se desincumbiu de demonstrar suas alegações, enquanto a outra produziu aquelas necessárias à procedência de seus pedidos.

4. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, a parte recorrente alega violação dos arts. 5º, 9º, 10, 276 do Código de Processo Civil e 3º, da Medida Provisória n. 2.172-32/2001. Sustenta, em síntese, cerceamento de defesa, por falta de intimação sobre a petição de fl. 79 dos autos físicos. Assevera que o Magistrado de Primeiro Grau impossibilitou a produção das provas e

julgou os embargos de terceiro improcedentes. Alega a necessidade de inversão do ônus da prova quanto à prática de agiotagem.

Contrarrazões às fls. 252-257.

É o relatório. Decido.

Em relação ao alegado cerceamento de defesa em razão do julgamento antecipado da lide, bem como a necessidade de produção de provas de modo a comprovar a prática de agiotagem, o Tribunal local decidiu o que se segue:

O agravante afirma, em síntese, que o seu direito de defesa teria sido cerceado, pois o juízo a quo não lhe proporcionou produzir nova prova necessária à comprovação da alegada agiotagem por parte do apelado.

Contudo, após a devida intimação para dizer se tinha prova a ser produzida (fl. 68 dos autos físicos ou evento 3, arquivo "000030..."), o recorrente se manteve silente, vindo a se manifestar somente 03 (três) anos depois, tão somente para juntar aos autos documento de procuração (evento 7).

Aliás, some-se a isso o fato de que, na audiência do 06/05/15 (fl. 75 dos autos físicos ou evento 3, arquivo "000037..."), o recorrente restou intimado, sobretudo pessoalmente, de que deveria juntar o rol de suas testemunhas, inclusive o pagamento das despesas processuais necessárias à tanto, "sob pena de ser tida como desistente dessa prova", tendo novamente permanecido inerte.

Por conseguinte, tendo operado a preclusão consumativa, há muito tempo, a discussão probatória dos autos restou sacramentada, de modo que sua irresignação beira a litigância de má-fé.

Inclusive, a certidão de publicação de fl. 71 dos autos físicos (evento 3, arquivo "000033...") atesta tal inércia (não manifestação quanto a produção de provas).

Logo, não pode o agravante, agora, diante de seu silêncio oportuno, afirmar que foi prejudicado, até porque à parte não é permitido alegar, em seu benefício, sua própria torpeza - nemo auditur propriam turpitudinem allegans.

[...]

Quanto à petição do agravado, fl. 79 dos autos físicos, sobre a qual a recorrente conclui ter direito a se pronunciar, verifico que ela apenas informou que o acordo entre as partes não foi possível e requereu tão somente o julgamento antecipado da lide, nada influenciando no contraditório ou na ampla defesa.

Em outras palavras, nada foi acrescentado ou produzido, de modo que se demandasse a oitiva da parte contrária.

Por fim, com relação ao julgamento antecipado da lide, esclareço

que o julgador singular o fez, com base no inciso I do artigo 355 do CPC, exatamente porque o agravante permaneceu inerte quanto a produção probatória e o agravado assim solicitou.

Isto significa que, para o juízo a quo, as provas até então produzidas pelas partes era suficiente para o deslinde da causa.

Em contrapartida, diante da inércia livre e consciente do recorrente e da ausência de produção de provas, sequer indícios, de suas alegações, o magistrado da instância inferior apenas relatou o que de fato ocorreu nos autos, repito, por culpa exclusiva do agravante, que se silenciou por duas vezes (fls. 68 e 75 dos autos físicos).

Não obstante, o juízo de 1ª grau reconheceu válidas e suficientes as provas apresentadas pelo agravado.

Consoante a jurisprudência desta Corte, não ocorre cerceamento de defesa quando, intimada a parte para especificar provas que pretende produzir, esta se mantém silente, ocorrendo a sua preclusão, como no caso dos autos. Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REGRESSIVA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Quanto à alegação de ausência de enriquecimento ilícito, a insurgente não indicou quais seriam os dispositivos de lei federal violados. Caberia à parte recorrente apontar as normas legais que teriam sido ofendidas ou objeto de interpretação dissidente. Incidência do óbice contido na Súmula 284/STF. Precedentes.

2. Conforme o entendimento do STJ "preclui o direito à prova se a parte, intimada para especificar as que pretendia produzir, não se manifesta oportunamente, e a preclusão ocorre mesmo que haja pedido de produção de provas na inicial ou na contestação, mas a parte silencia na fase de especificação" (AgRg no AREsp 645.985/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016). Precedentes.

2.1. As conclusões adotadas pelo órgão julgador no sentido de competir ao juiz decidir sobre a produção de provas necessárias, ou indeferir aquelas que tenha como inúteis ou protelatórias, não implicando em cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória, estão em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a aplicação da Súmula 83 do STJ. 2.2. A alteração das conclusões do acórdão recorrido, sobre a possibilidade de julgamento antecipado da lide, a fim de se reputar necessária a produção de prova, exige o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 1271919/GO, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 26/09/2019, g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE PROVA DE CONDUTA CULPOSA DO REQUERIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. PARTE QUE EXPRESSAMENTE DISPENSA MAIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADO DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Esta Corte já firmou entendimento que preclui o direito à prova se a parte, intimada para especificar as que pretendia produzir, não se manifesta oportunamente, e a preclusão ocorre mesmo que haja pedido de produção de provas na inicial ou na contestação, mas a parte silencia na fase de especificação.

3. Registra-se que é entendimento desta Corte quanto à impossibilidade de análise do dissídio apoiado em fatos e não na interpretação do direito, como se verifica no presente caso, em que houve expressa dispensa da prova requerida na inicial.

4. O presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado que não conheceu do recurso especial, devendo ser ele mantido pelos seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 645.985/SP, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRODUÇÃO DE PROVAS. AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Preclui o direito à prova quando, a despeito da existência de requerimento na contestação, a parte se omite quando intimada para especificação.

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1536824/CE, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE**

Superior Tribunal de Justiça

NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 11/12/2015, g.n.)

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 18 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator